



Filiado à CUT/FENAJUFE

Sindjus

Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário
e do Ministério Público da União no DF

Impresso
Especial

9912285541/DR/BSB
SINDJUS
CORREIOS

Ano XVIII - nº 76
Set/Out de 2011

As vítimas do álcool

*Pesquisas mostram que a
bebida aumenta a violência
doméstica e as mortes no
trânsito; os mais atingidos
são mulheres, crianças,
pedestres e ciclistas*

Em busca de um sentido de Brasil

Para quem acha que o Brasil começou quando declarou a protocolar independência no 7 de setembro a festa é até simples. Uma data, um grito, alguns ingredientes de cena e umas palavras de evocação bastam para celebrar. Mas há os que buscam o tal Brasil profundo, o da história contada pela vida de quem não é celebridade, autoridade ou potestade. Os que fazem o Brasil trabalhador, diário, sem mídias, privilégios, grana e pouco reconhecimento. O tal Brasil de baixo pra cima (no dizer sábio de Milton Santos). O que se aperta, mas tem uma generosidade que muito milionário jamais praticou. O que supera adversos com versos; os crimes com rimas; os trancos com o troco da beleza. Vale o jeito que cada um tem de confirmar o amor por seu lugar e o modo de lutar para torná-lo melhor. Vale a força da cultura popular que deixou de ser "folclore exótico" para ser política pública e atitude que representa a magnífica diversidade dos brasis.





JANAÍNA MIRANDA*

Intimidade é o título desta imagem, um trabalho de cunho subjetivo que, segundo a autora, “dialoga com a *Poética do Espaço* de Gaston Bachelard e traz questões como a imensidão íntima, a fenomenologia do redondo e o corpo como casa”. A obra (fotografia digital, 60 x 40 cm, 2010) faz parte do ensaio *Redoma*.

*Sócia-proprietária do Espaço f/508 de Fotografia e editora do blog do f/508 e da Rede de Produtores Culturais da Fotografia no Brasil (RPCFB), Janaína é fotógrafa e graduanda em Artes Visuais pela UnB. A jovem artista nasceu em 1988 e já participou de diversas exposições, entre as quais *Latinidades* (Caixa Cultural) e *Histórias, Memórias e Outros Resgates Fotográficos* (Espaço Cultural Zumbi dos Palmares). Tem trabalhos publicados nos livros *Ensaio Um* (f/508, 2006), *Sentido Vago* e *Transformações* (grupo Câmara Obscura, 2009 e 2010).



www.sindjusdf.org.br

Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário e do MPU no DF
SDS, Ed. Venâncio V, s. 108 a 114, Brasília-DF, 70393-900 • (61) 3212-2613

Coordenadores-Gerais

Ana Paula Barbosa Cusinato
Berilo José Leão Neto
Cleodo de Oliveira Vieira

Coordenadores de Administração e Finanças

Jailton Mangueira Assis
José Oliveira Silva
Raimundo Nonato da Silva

Coordenadores de Assuntos Jurídicos e Trabalhistas

Antônio José Oliveira Silva

Marília Guedes de Albuquerque
Newton José Cunha Brum

Coordenadores de Formação e Relações Sindicais

Eliane do Socorro Alves da Silva
José Joventino Pereira de Sousa
Sheila Tinoco Oliveira Fonseca

Coordenadores de Comunicação, Cultura e Lazer

Maria Angélica Portela
Orlando Noletto
Valdir Nunes Ferreira



CAPA: FOTO DE ARTHUR MONTEIRO

Coordenação editorial:
Cynthia Borges

Edição:
Usha Velasco

Reportagem:
Daniel Campos
Fabiola Góis

Colaboradores:
TT Catalão
José Geraldo de Sousa Junior
Yuri Matsumoto Macedo
André Luis Macedo

Revisão:
Ana Paula Barbosa Cusinato

Projeto gráfico e arte:
Usha Velasco

Tiragem:
15.000 exemplares

Paulo Freire e Darcy Ribeiro: o reencontro possível



ARTHUR MONTEIRO

José Geraldo de Sousa Junior

Reitor da Universidade de Brasília, professor da Faculdade de Direito e coordenador do projeto *O Direito Achado na Rua*

Darcy Ribeiro afirmou: “Paulo é a consciência e a emoção da educação brasileira, é a sabedoria da educação brasileira. As ideias se encarnam nas pessoas. E, quando se encarnam, ganham a possibilidade de existir, de se perpetuar”

Em 1991 deu-se em Niterói um evento singular, com imenso valor simbólico para o processo de redemocratização do país. O seminário *CIEP – Crítica e Autocrítica* reuniu profissionais de diferentes áreas para debater alternativas aos modelos de educação pública. Era a primeira vez, desde o retorno do exílio, que se encontravam em ato público os mestres Paulo Freire e Darcy Ribeiro.

Uma série de fatores se alinharam em suas trajetórias para conduzi-los a esse momento de eclipse. A despeito de nunca terem trabalhado juntos, esses pensadores e criadores estiveram sempre lado a lado na história do Brasil, da América Latina e da UnB, irmanados pelo desejo de emancipar através da educação.

Por suas ações revolucionárias – Paulo Freire em Recife, com seu projeto de alfabetização universal, e Darcy Ribeiro em Brasília, na fundação de uma universidade inovadora – podem ser considerados intelectuais de importância tanto teórica quanto política, dada a capacidade de transbordar a dimensão do discurso sobre a dimensão da prática. Foram ambos, por essa mesma razão, forçados a deixar o país em 1964.

Freire e Darcy, como lembra Layla Jorge na pesquisa que permitiu este artigo, durante anos acompanharam um ao outro intelectualmente, ligados por uma amizade baseada em respeito e admiração. Sobre essa relação, diria Paulo Freire no referido seminário: “Sou amigo do Darcy, somos da mesma idade, possivelmente sou mais velho um ano, mas comecei meu querer bem por uma admiração ao intelectual Darcy, quando ambos éramos, faz tempo, muito jovens. Eu me lembro da emoção com que eu estive diante da cara moça, quase menina, da sua inquietação. (...) Essas estórias fazem parte da nossa história de educadores, de intelectuais desse país, por isso mesmo de políticos desse país, um pedaço da história maior de nós todos.”

Quando do seu regresso, Paulo Freire se instalou como professor da Universidade de Campinas e atuou como secretário de educação do município de São Paulo. Darcy Ribeiro atuou como secretário de educação do Rio de Janeiro e investiu na criação dos Centros Integrados de Educação Pública (CIEPs). Sobre o desenvolvimento desse último projeto, organizou o se-

minário em Niterói e convidou Paulo Freire para reafirmarem sua cumplicidade.

Na conferência de encerramento, Paulo Freire afirmou: “Eu diria a vocês que homens como Darcy, a quem eu me junto, não encerram coisa nenhuma, inclusive encontros como esse. A gente está no mundo é para abrir, por isso não vamos fechar esse encontro de hoje, de jeito nenhum. Eu quero trazer para ti [Darcy] não só o meu querer bem (...), mas a minha solidariedade de educador. E a vocês todos e todas o grande abraço de um cara que também briga por uma escola melhor, mais séria, mais competente, mas sobretudo uma escola que provoque alegria.”

Ao que replicou Darcy: “Paulo é a consciência e a emoção da educação brasileira, é a sabedoria da educação brasileira. Mas eu acho que o traço fundamental é esse: um respeito de educador pelo educando. (...) As ideias se encarnam nas pessoas. E, quando se encarnam, ganham a possibilidade de existir, de se perpetuar.”

Em 19 de setembro fomos convidados pela força da data a refletir sobre a importância de seguir encarnando e perpetuando nosso respeito pela educação. Trata-se da comemoração dos 90 anos de nascimento de Paulo Freire, aniversário que nos inspira a recordar (do latim *ricordare*, tornar a passar pelo coração) sua proposta de educação como prática da liberdade, da mudança, da esperança, da autonomia e da indignação.

Na Universidade de Brasília, a homenagem a Paulo Freire, que foi membro de seu Conselho Diretor (1985) coincidiu com a Semana Universitária, evento em que a UnB se abre ao público com mais de 500 atividades nos quatro *campi*. O objetivo é deslocar os papéis de aluno e professor para descobrir, como Freire apontou, que a educação somente se faz no contato com o ser concreto, inserido em sua realidade histórica.

Na ocasião foi outorgado a Paulo Freire o título de doutor *honoris causa*, em cerimônia no memorial edificado UnB para homenagear Darcy – o Beijódromo. Através de nós, assim, esses dois gigantes puderam mais uma vez se encontrar. Encarnados nas ações de educandos e educadores e perpetuados na memória viva da Universidade de Brasília, Paulo Freire foi mais uma vez celebrado, na casa de Darcy Ribeiro.

O pró-labore de José Geraldo para este artigo é doado mensalmente à campanha de voluntariado *Eu Doo Talento* (veja em www.sindjusdf.org.br)



“Embora muitos magistrados não reconheçam nossa importância, todos sofrem os impactos da grande evasão de servidores para carreiras mais atrativas. Por isso, não vamos nos contentar com migalhas, tampouco abaixar a cabeça em nome da hierarquização de um poder”

AO LEITOR

Até tu, Brutus?



CARLOS ALVES

Berilo Leão
Coordenador-geral
do Sindjus

Depois do governo, associações de magistrados resolveram declarar guerra ao reajuste dos servidores, ignorando o fato de fazermos parte de uma mesma instituição e de estarmos, ao contrário deles, há cinco anos sem receber qualquer reajuste salarial. Notas recentes da Ajufe e da Anamatra expuseram o que há de

mais atrasado em matéria de pensamento coletivo, de gestão democrática, de aprimoramento da Justiça. A AMB fez questão de afirmar que o reajuste dos magistrados e dos servidores são duas coisas completamente diferentes, sem ligação entre si.

As entidades insistem em separar a nossa reivindicação da deles, como se o poder de compra de todos não fosse prejudicado com o crescimento da inflação, por exemplo. Todos precisam de comida,

de saúde, de educação... Por que só os togados merecem reajuste se todos contribuem para a construção da Justiça? Os servidores, em número oito vezes maior que o de magistrados, trabalham de forma árdua e seu esforço é parte do que o jurisdicionado recebe ao buscar a Justiça.

Embora muitos magistrados ainda não reconheçam a nossa importância, todos sofrem os impactos da grande evasão de servidores para carreiras mais atrativas. Por isso, não vamos nos contentar com migalhas, tampouco abaixar a cabeça em nome da hierarquização de um poder. Os servidores têm um papel fundamental no que diz respeito ao Judiciário e merecem ser valorizados.

Temos nossos direitos e vamos lutar por eles, independentemente da opinião daqueles que se colocam acima do bem e do mal. Não corroboramos generalizações como a Anamatra fez, ao citar exceções para atacar um justo reajuste. Apesar de muitas vezes terem sido colegas na faculdade de Direito, o servidor entra hoje ganhando no máximo 6 mil, enquanto o juiz recebe mais de 20 mil.

No entanto, os magistrados classificam sua valorização como legítima e a nossa como uma espécie de capricho. Prova disso é que condenam nosso movimento grevista, mas tomam medidas enérgicas para defender seus interesses. Além de fazer paralisações, recentemente decidiram suspender a publicação de citações e intimações de processos da AGU, como forma de pressionar pelo reajuste que pleiteiam.

Em momento algum os magistrados verão o Sindjus divulgar notas contra atitudes como essa, pois o sindicato respeita as reivindicações dos juizes. E espera ser tratado com o mesmo respeito. O PL 6613, que trata da nossa revisão salarial, foi elaborado em conjunto com os tribunais superiores. Só foi encaminhado ao Congresso depois de aprovado por todos os tribunais superiores. As associações de magistrados já interferiram e nos impuseram um corte de 80% para 56%. Logo, não há razão alguma para mais ataques.

Não vamos ficar calados vendo nosso tapete puxado por aqueles que deveriam ser os primeiros a nos defender.

As batalhas no Congresso

Diretores do Sindjus e servidores fazem marcação cerrada sobre deputados para desemperrar o andamento do PL 6613

Os servidores do Judiciário e do MPU, ao lado dos diretores do Sindjus, marcaram presença na Câmara durante setembro e outubro, pressionando os deputados da Comissão de Finanças e Tributação a desemperrar o andamento do PL 6613.

Depois de uma longa série de manobras protelatórias por parte dos deputados governistas, os líderes dos partidos, sob a pressão constante dos trabalhadores, finalmente entraram em acordo e marcaram a votação do PL 6613 na CFT para o dia 26 de outubro.

O coordenador-geral do Sindjus, Berilo Leão, avalia que esse acordo foi fruto da mobilização contínua realizada pelo sindicato: "Ao longo da série de atividades que realizamos nas últimas semanas foi possível testemunhar uma adesão crescente de parlamentares à nossa luta", afirmou.

O acordo começou a ser desenhado no dia 4/10, quando a bancada do Partido dos Trabalhadores se reuniu para discutir a situação do PL 6613. O relator, deputado Policarpo, argumentou mais vez em favor do projeto e conseguiu que o deputado Rui Costa cedesse e concordasse em conversar com os integrantes da CFT para agendar a votação.

Esse parece ter sido o fim das manobras para retardar o andamento do PL na Comissão de Finanças (em setembro, Rui Costa declarou obstrução

do PT em duas reuniões para evitar a votação). No entanto, os servidores não podem relaxar; precisam, pelo contrário, intensificar as ações, como alerta o coordenador Berilo Leão: "Não podemos esquecer que a CFT prometeu votar o PL na primeira quinzena de setembro não cumpriu a promessa. Temos que mostrar que não vamos aceitar novas medidas protelatórias."

FRENTES DE AÇÃO – Além da CFT, a presença e a pressão dos servidores precisa se dar em duas outras frentes: na Comissão Mista de Orçamento, para onde o PL 6613 seguirá depois de votado na CFT, e no Supremo Tribunal Federal, junto ao ministro Luiz Fux.

Fux é o relator do Mandado de Segurança impetrado pelo Sindjus contra o corte de verbas do Judiciário no projeto de Lei Orçamentária para 2012. O resultado desse mandado é fundamental para a aprovação do PL 6613. "O acordo dos líderes partidários [votar o PL no dia 26 de outubro] foi feito na expectativa que até lá haja dotação orçamentária", explicou o coordenador Berilo Leão. "O deputado Pepe Vargas alertou que, se o projeto for aprovado na CFT sem dotação, não terá como ser viabilizado. Portanto, é vital que o ministro decida pela inclusão do reajuste na PLOA 2012", concluiu.

Para Berilo, o ministro Fux tem to-



VALCIR ARAÚJO

das as condições favoráveis para tomar essa decisão, porque a presidenta Dilma Rousseff apresentou uma defesa com base em argumentos já refutados pelo STF. “A defesa não contém nada que possa inviabilizar nosso plano”, disse ele.

Na Comissão Mista de Orçamento os diretores do Sindjus repetirão a marcação cerrada que fizeram sobre a CFT. “A Comissão de Orçamento é responsável por viabilizar questões orçamen-

tárias, sanando as desculpas que atrasam o PL”, explicou o coordenador do Sindjus Cledo Vieira. “Nós fizemos um intenso trabalho de negociação e de pressão junto aos deputados da Comissão de Finanças e vamos continuar esse trabalho na CMO”, afirmou ele. “Usaremos a nosso favor a Mensagem 355, onde a presidenta Dilma afirma que a responsabilidade de resolver o reajuste dos servidores é do Congresso – no caso, da CMO”, completou.

Uma das estratégias de pressão foi a recepção de parlamentares no aeroporto, no momento de sua chegada à cidade. Os coordenadores do Sindjus fizeram isso ao longo do mês e continuarão fazendo pelo tempo que for preciso para ampliar o apoio ao PL 6613. “É uma ação criativa; muitos deputados se surpreenderam com a recepção, os banners e as cartas, e não tiveram como não declarar seu apoio”, disse Cledo.

Manifestantes ensurdecem deputados na CFT: frentes de ação incluem também o Supremo e a Comissão de Orçamento



Escravidão nunca mais

Sindjus participa da campanha contra o trabalho escravo e pela aprovação da PEC 438, de 2001, que propõe punições efetivas para esse tipo de crime

Fabiola Góis

Um recente caso de flagrante de trabalho escravo repercutiu negativamente na mídia nacional e internacional e envolveu uma das marcas de roupas mais famosas do mundo, a Zara, do grupo espanhol Inditex. Investigação da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego de São Paulo localizou 52 trabalhadores, entre brasileiros e estrangeiros, em condições degradantes de trabalho. Parte do grupo costurava calças

da Zara no momento do flagrante. Em outra fiscalização, no dia 16 de agosto deste ano, 15 pessoas, incluindo uma adolescente de 14 anos, foram libertadas de trabalho escravo em plena capital paulista.

Diante das novas denúncias e da continuidade do trabalho escravo na sociedade brasileira em pleno século XXI, entidades de várias áreas se unem para defender a aprovação da Proposta de Emenda Constitucional 438/2001, que prevê o confisco da propriedade onde houver esse tipo de exploração. Homens e mulheres são submetidos

diariamente a condições subumanas de trabalho. Seja no norte-nordeste ou no sul do país, milhares de trabalhadores não têm carteira assinada nem direitos trabalhistas assegurados e recebem valores considerados insuficientes até mesmo para a própria sobrevivência.

O Sindjus se juntou a outras entidades como o Sindser, Sindi-receita e Sindicato dos Bancários para defender a causa. As entidades farão uma campanha de mobilização da sociedade por meio da distribuição de mala direta, com folders e cartões postais, para mais de cinco mil instituições. "O trabalho escravo afron-

VERGONHA

No Brasil há entre 25 mil e

40 mil

trabalhadores escravizados, segundo a Comissão Pastoral da Terra. Entre 1995 e 2004,

16 mil

pessoas foram libertadas de escravidão em fazendas



JOSE CRUZ/ABR



ta a democracia brasileira e a conquista dos direitos humanos. Precisamos cobrar dos nossos representantes do Congresso Nacional uma atitude mais agressiva contra esse tipo de exploração. Vamos aprovar a PEC contra o trabalho escravo”, afirmou Berilo José Leão, coordenador-geral do Sindjus.

O principal argumento para a aprovação da matéria é que a expropriação das terras onde for flagrada mão de obra escrava é uma medida justa e necessária e um dos principais meios para eliminar a impunidade. É comum ver pelo país fazendeiros que, em suas terras, reduzem os trabalhadores à

condição de escravos. Esse crime é previsto no artigo 149 do Código Penal. Desde 1995, mais de 31 mil pessoas foram libertadas dessas condições pelo governo federal, segundo dados da Frente Nacional contra o Trabalho Escravo. A PEC 438/2011 passou pelo Senado Federal em 2003 e foi aprovada em primeiro turno na Câmara dos Deputados em 2004. Desde então está parada aguardando votação.

Na avaliação do presidente da Frente Parlamentar Mista pela Erradicação do Trabalho Escravo, deputado Domingos Dutra (PT-MA), a matéria ainda não foi votada porque “há,

com certeza, parlamentares federais, estaduais e municipais, integrantes do Poder Executivo das três esferas e até membros do Judiciário envolvidos com o trabalho escravo”. A declaração foi feita em um chat promovido pela Agência Câmara de Notícias, no final de agosto.

Questionado se o envolvimento de parlamentares não justificaria a cassação, ele afirmou que sim. “Porém, até o momento, nenhum partido e nenhuma entidade da sociedade civil provocou a Câmara e o Senado a respeito da quebra de decoro, o que é lamentável, já que pessoas físicas e parlamentares in-



Protestos contra a demora do julgamento da Chacina de Unai: servidores foram assassinados durante investigações de trabalho escravo, em 2004. Os mandantes ainda não foram punidos

dividualmente não podem requerer a casação de colegas”, afirmou.

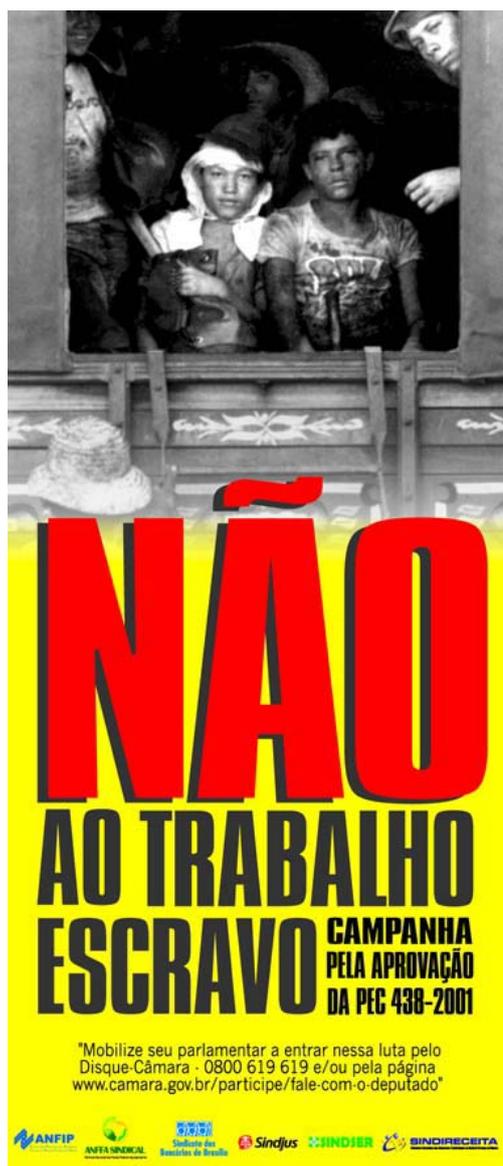
No caso da Zara, o quadro encontrado pelos agentes do poder público e acompanhado pela ONG Repórter Brasil incluía contratações completamente ilegais, trabalho infantil, condições degradantes, jornadas exaustivas de até 16 horas diárias e cerceamento de liberdade (seja pela cobrança e desconto irregular de dívidas dos salários, o *truck system*, seja pela proibição de deixar o local de trabalho sem prévia autorização). Apesar do clima de medo entre as vítimas, um dos trabalhadores explorados confirmou que só conseguia sair da casa

com a autorização do dono da oficina, apenas concedida em casos urgentes, como quando levou seu filho ao médico.

Executivos da Inditex estiveram no Congresso em setembro. “Gostaríamos de pedir desculpas por não termos tido conhecimento desta situação antecipadamente, de modo a evitá-la”, disse Jesus Echevarria, da Inditex, em reunião da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara. Os executivos afirmam que a empresa se coloca como “vítima de uma situação que não foi por ela criada”.

Segundo o site da ONG Repórter

Brasil, a intermediária AHA pagava cerca de R\$ 7 por cada peça para a dona da oficina, que repassava R\$ 2 aos trabalhadores. Peça semelhante foi encontrada em uma das lojas da marca ao preço de R\$ 139. Uma jovem de vinte anos, vinda do Peru, disse à reportagem da ONG que chegou a costurar cinquenta vestidos em um único dia. Em condições normais, estimou com Maria Susicléia Assis, do Sindicato das Costureiras de São Paulo e Osasco, seria preciso um tempo muito maior para que a mesma quantidade da difícil peça de vestuário fosse toda costurada.



**NÃO
AO TRABALHO
ESCRAVO** **CAMPANHA
PELA APROVAÇÃO
DA PEC 438-2001**

*Mobilize seu parlamentar a entrar nessa luta pelo Disque-Câmara - 0800 619 619 e/ou pela página www.camara.gov.br/participe/fale-com-o-deputado

ANFIP INFANTIL Trabalho de Crianças de Brasil Sindjus SINDJER SINDIRECETA

Problema antigo, ações recentes

O número de trabalhadores escravizados no Brasil varia de 25 mil a 40 mil, segundo cálculo da Comissão Pastoral da Terra (CPT). Pecuária e desmatamento respondem por três quartos da incidência de trabalho escravo. Atividades agrícolas, de extração de madeira e produção de carvão também registram muitos casos.

Só a partir de 1993 o problema entrou de fato na agenda nacional, a partir de denúncias da Ordem dos Advogados do Brasil, sindicatos, Organização Internacional do Trabalho, Nações Unidas e outras instituições. Em 1995, no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, foi criado o Grupo Especial de Fiscalização Móvel do Ministério do Trabalho. A medida foi um avanço, pois livrou os fiscais locais de pressões e possibilitou melhor planejamento das ações em parceria com ou-

tros órgãos.

As estatísticas da Secretaria de Inspeção do Trabalho dão a dimensão dos bons resultados obtidos. Entre 1995 e 2003 foram fiscalizadas 1.011 fazendas e libertados 10.726 trabalhadores. Se incluído o primeiro semestre de 2004, o número de trabalhadores libertados é de cerca de 16 mil. Quase toda semana há notícias de mais operações bem-sucedidas. O estado com maior número de libertados é o Pará, seguido por Mato Grosso, Bahia e Maranhão.

Em março de 2003 o governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva lançou o Plano Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo e constituiu uma comissão nacional para colocá-lo em execução. O plano reúne 76 medidas de combate à prática. Entre elas, projetos de lei para confiscar terras em que for encontrado trabalho escravo, suspender o crédito de fazendeiros escravocratas e transferir para a esfera federal os crimes contra os direitos humanos.

Campanha encampada pelo Sindjus: projeto prevê medidas de combate mais eficazes

*Uso abusivo da bebida
estimula a violência doméstica
e no trânsito e encurta cada
vez mais a distância entre o
copo e a porta da delegacia*

Barril de pólvora



Valéria de Velasco

Luz, câmera, ação. Mulheres lindíssimas cercadas de homens sorridentes e atléticos dão vida ao cenário cuidadosamente escolhido para a entrada triunfal do produto que se vai vender entre um programa de TV e outro: a bebida alcoólica. A sensação



Alessandra: "A gente não pode se acomodar, tem que procurar novos caminhos"

ARTHUR MONTEIRO

de felicidade que a produção consegue transmitir com a ajuda da alta tecnologia, no entanto, é oposta à realidade das vítimas da violência movida a álcool. Ela ocorre a cada momento dentro dos lares, nas ruas e nas pistas invadidas por motoristas que não veem contradição entre o direito de assumir o volante e o de beber.

A linha tênue que separa esses limites assume fortes contornos em pesquisas de universidades e órgãos do governo. Mas é no dia a dia da população que ela deixa as marcas do drama que vai além dos números. "A gente vê agressão a toda hora, em todo canto, tudo por conta da bebida. O álcool é a droga que está acabando com o mundo", sentencia a cuidadora de crianças Maria Alves dos Santos. Moradora do Paranoá (onde os registros de violência doméstica cresceram quase 20% de janeiro a julho deste ano, comparados ao mesmo período de 2010), Maria acompanhou de perto o sofrimento da filha Alessandra Ivoneide dos Santos, 28 anos, e o vaivém de agressões que resistiu a cinco tentativas de reconciliação, até que a jovem decidiu dar um basta.

"Ele saía à noite, bebia, e quando chegava em casa me xingava, me ofendia, dizia que eu tinha 'outro macho' e que mulher melhor do que eu ele encontrava em qualquer esquina." O repertório de baixarias era regado a ameaças. "Ele gritava que se eu não ficasse com ele, não ficaria com mais ninguém. Eu reagia dizendo que ia dar queixa na polícia e ele debochava, dizia que eu não teria coragem", relata Alessandra. "O inferno", segundo ela, começava na sexta-feira, quando o companheiro começava a beber, tomava conta do fim de semana todo e geralmente acabava em agressão física.

Assistir a tudo isso deixou sequelas na filha do casal, M. S., de apenas 7 anos de idade, que precisou de acompanhamento psicológico. A preocupação com o bem-estar e o equilíbrio emocional da menina ajudou Ales-

sandra a amadurecer a decisão de recorrer à polícia em busca de proteção. "No começo eu tinha muito medo, mas depois decidi enfrentar e não baixar a cabeça. Se não denunciar, a gente nunca cresce. Sei que tem muitas mulheres passando por isso também, mas ninguém precisa se submeter, a violência tem que ser denunciada", defende Alessandra.

Sem a denúncia é impossível tomar medidas para proteger as vítimas, e o número de pessoas que passam pelo mesmo drama de Alessandra acaba subestimado, prejudicando iniciativas de combate ao problema. A decisão de tomar o caminho da delegacia esbarra em questões como o medo, a dificuldade de expor a própria intimidade e a esperança de que dar uma nova chance ao agressor permita que o dia seguinte seja diferente. Isso leva a vítima a adiar enquanto pode o registro da agressão. Apesar da clareza das leis, muitas vítimas sequer conseguem enxergar onde acaba o respeito e começa o abuso. Assim, não reconhecem como violência as ofensas verbais e ameaças que a lei define como crimes contra a pessoa (leia quadro), e só recorrem à polícia quando a agressão chega à lesão corporal.

Funcionária de uma padaria do Paranoá, Alessandra conseguiu se livrar de outro empecilho que pesa na decisão de mulheres que não registram denúncias – a dependência econômica. "Eu me sustento com o que ganho e estou sempre procurando melhorar no meu trabalho. Acho que a gente não pode se acomodar, tem que procurar novos caminhos. Comecei no balcão, atendendo, mas me interessei em aprender outras funções e já mudei de setor", ensina.

BEBER E BATER

O álcool esteve presente em

30,3%

das ocorrências de violência doméstica registradas por mulheres no DF, de janeiro a julho de 2011. O número de vítimas nesse período foi de

6.288



O marido de Marinalva não quis fazer terapia e apelou para a igreja para se livrar do vício: "Só vou acreditar se ele ficar uns cinco anos sem a bebida"

Mulheres na corda bamba

A dependência financeira e o medo de criar sozinha as duas filhas adolescentes e os outros três filhos não impediram a dona de casa Marinalva dos Santos Almeida, moradora do Itapoã, de recorrer à 6ª Delegacia de Polícia, do Paranoá, para se defender dos problemas com o marido por causa da bebida. "Ele se transforma em outra pessoa, fica agressivo, aí aviso logo que não conheci ele dentro de um bar", diz Marinalva. A ideia da separação passou a fazer parte do seu cotidiano, apesar do problema da moradia. "Eu não tenho para onde ir, nem ele. Estamos há

dez anos construindo isso aqui", conta, mostrando as paredes ainda no reboco e o restante da casa por acabar.

"Com tanto conflito, a mulher fica na corda bamba, entre viver nesse inferno ou se separar para ter sossego. Mas tenho medo de criar as meninas num lugar violento, sem uma voz ativa para elas terem", justifica. Para desespero de Marinalva, a "voz ativa" se calava sempre que os fins de semana eram consumidos dentro de um bar, e a esperança dela passou a se concentrar na Justiça. "O juiz mandou que a gente fizesse terapia de

casal, mas ele não quis, disse que a gente precisa é tomar vergonha e se arrumar." A saída foi tentar a igreja. "Ele diz que não quer perder a família e concordou em frequentar a igreja comigo. Mas só vou acreditar que deu certo se ele ficar uns cinco anos sem a bebida", avisa.

Marinalva e Alessandra estão entre as 6.288 vítimas no DF que tiveram coragem de denunciar a violência doméstica, de janeiro a julho de 2011. São 703 casos a mais do que os 5.585 registrados no mesmo período do ano passado. A média mensal de registros cresceu de 756 em 2010 para 867 em 2011, explica o delegado-chefe da 6ª DP, André Luiz

Combustível perverso

A interferência da bebida alcoólica foi reconhecida em 30,3% das ocorrências registradas por mulheres e em 27% dos casos relatados por vítimas masculinas. O Sistema de Vigilância de Violências e Acidentes (Viva) do Ministério da Saúde ouviu 8.766 vítimas de violência sexual, doméstica e outras violências atendidas em unidades de referência, em 18 municípios. Desse total, 2.530 (28,9%) eram do sexo masculino, dos quais 30,2% eram crianças com menos de 10 anos. Entre as mulheres pesquisadas, 39,7% já haviam sido agredidas antes, 62,7% dos casos aconteceram dentro de casa, 25,6% tinham união estável e 38,7% eram solteiras. A violência foi maior nas faixas dos 10 aos 19 anos (28,8%) e dos 20 aos 29 anos (19,9%).

A relação entre o uso do álcool e a violência doméstica foi confirmada no ano seguinte pela Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), que ouviu sete mil famílias em 108 cidades brasileiras. Em 49,8% dos casos o álcool funcionou como combustível para as agressões, que ocorreram dentro das casas das vítimas. A pesquisa mostrou também que beber e agredir são atitudes registradas em todos os segmentos sociais: entre os agressores, 33% pertenciam à classe média e 17% à alta.

“O álcool tira os freios. E de uma forma tal que há ocorrência em que o bandido agride, estupra e submete a vítima a cárcere privado, incidindo em vários crimes”, compara o delegado André Varella, escolado com a rotina do Paranoá e Itapoã, que acompanha diariamente. Juntas, as duas cidades já somam mais de 180 mil habitantes. “O álcool é uma droga a que a pessoa tem acesso fácil e que leva a fazer coisas que se estivesse sóbria não faria”, afirma. Levantamento da Polícia Civil de janeiro a julho de 2011 mostra que a violência doméstica denunciada no DF foi maior nos fins de semana, especialmente aos domingos, de 18h às 23h59, quando se registraram 23,8% do total de ocorrências.

Derrubar esses números é um desa-

fio que a polícia não pode enfrentar sozinha. “No caso do excesso de bares, a polícia só pode interferir se houver ocorrência criminal. É preciso um trabalho conjunto, pois o poder de fiscalizar compete a outros órgãos”, explica André Varella. Para o delegado, além de aumentar a fiscalização sobre o consumo do álcool é preciso fazer campanhas de orientação à população, especialmente às mulheres, para que denunciem as agressões e confiem nas instituições. “Existe uma cultura de que não adianta denunciar. É preciso entender que se essa atitude não for tomada, a polícia não terá dados para agir”, alerta.

A fiscalização dos bares pode ajudar a frear também a entrada de jovens no vício do álcool. A Universidade Federal de São Paulo analisou a relação dos jovens com a bebida e constatou que eles estão aderindo ao consumo cada vez mais cedo. Numa pesquisa realizada em 143 cidades, com 3.007 entrevistas, os jovens revelam que começam a beber na faixa dos 13 anos e 9 meses. Funcionário de uma serralheria no DF, o paraense José Vieira*, 30 anos, foi seduzido pelo vício bem antes, mal havia saído da infância, aos 12 anos. “Comecei com o vinho, que comprava junto com um grupo de amigos, depois passei para a cachaça e aí não consegui parar mais”, conta. O freio que pode mudar sua vida chegou 18 anos depois, com a decisão da sua mulher, Célia Maria*, de recorrer à polícia.

CARLOS ALVES



André Varella, delegado-chefe da 6ª DP: “O álcool tira os freios e é uma droga a que a pessoa tem acesso fácil”

*Nomes fictícios

POR TODO LADO

Pesquisa da Unifesp ouviu 7 mil famílias em 108 cidades brasileiras e concluiu que

49,8%

dos casos de violência doméstica tiveram relação com a bebida. Dessas famílias, 17% são de classe alta e

33%

pertencem à classe média.

Marcondes Varella, responsável por atender as regiões administrativas do Paranoá e Itapoã. A grande maioria das ocorrências enquadradas na Lei Maria da Penha, segundo ele, tem envolvimento com a bebida, o que confirma a tendência apontada em pesquisa realizada pelo Ministério da Saúde em 2008.

Luz no fundo do poço

“Eu até gosto de uma cerveja de vez em quando, mas só para descontraír, me divertir, nunca para ter problemas”, diz Célia. Grávida de seis meses da primeira filha do casal, ela conta que não sabia mais o que fazer para ajudar o companheiro a se livrar do vício. “O dinheiro todo que ele ganhava era para a cachaça. A gente vivia muito bem, mas com a bebida ele começou a ficar agressivo, até que uma noite a coisa chegou a um ponto que não dava para suportar. Ele deu soco num prato, quebrou a chave de casa, se feriu e queria me agredir. Chamei a irmã dele, que já chegou com a polícia”, relata Célia. “Não aguentava mais essa situação, nem ia permitir que ele me batesse. Nossa filha está chegando, não faz sentido a gente não ter paz”, desabafa.

O bebê que está a caminho ajuda José a acreditar que pode vencer o di-

fícil desafio que tem pela frente. Há um mês sem tocar em bebida, desde que foi encaminhado pelo Ministério Público para um tratamento no Centro de Atendimento Psicossocial da Secretaria de Saúde, ele exibe os comprovantes da frequência e a receita médica, enquanto reflete sobre as mudanças que começaram a acontecer na sua vida. “Quando eu estava na bebida não enxergava as coisas, mas desde que comecei a me tratar já melhorei, estou rendendo mais no trabalho e fico imaginando como a minha filha vai ser.” Ele não tem dúvidas de que o acordo feito com a mulher na Justiça valeu a pena: “Quero ver a minha filha crescer e cuidar dela.”

A intervenção da Justiça era o empurrão que faltava para José vislumbrar a saída do fundo do poço. Mas para se agarrar à borda e pular fora ele precisa levar adiante o tratamen-

to, um processo delicado que exige determinação e, sobretudo, qualidade no atendimento. “A Justiça dá o estímulo para que o autor (da violência) dê uma resposta positiva. Conversamos com as partes, colocamos as possibilidades de tratamento e só encaminhamos aquelas que concordam”, explica o juiz Júlio César Lérias Ribeiro, do 2º Juizado Especial do Paranoá.

O importante, segundo o magistrado, é quebrar o ciclo de violência e evitar o prosseguimento das agressões – e isso é possível afastando a circunstância apontada na ocorrência, no caso, o álcool. “Quando a intervenção é positiva o retorno se reflete na baixa incidência”, afirma. O problema é que a demanda é crescente e não pode esperar, mas esbarra nas limitações da rede pública de atendimento. “A estrutura é precária, faltam locais para internação. Às vezes o próprio autor pede para ser internado, mas não há como”, lamenta Júlio César.

Xingar também é crime

A Lei Maria da Penha estabeleceu inovações, como não permitir que a mulher retire a denúncia na delegacia. Isso somente pode ser feito, agora, perante o juiz. Outra medida importante foi definir todos os atos que podem ser denunciados como violência contra a mulher. No artigo 7º, a Lei 11.340 aponta, entre esses atos:

- a violência física;
- a violência psicológica, que é qualquer conduta que cause dano emocional, diminuição da autoestima ou perturbação, por meio de ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, ridicularização, exploração;
- a violência sexual, como por exemplo a relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força;
- a violência patrimonial, como destruição ou subtração de bens, documentos, valores etc.
- a violência moral, entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria.

CARLOS ALVES



Júlio César Ribeiro, juiz: “Faltam locais para internação. Às vezes o próprio autor pede para ser internado, mas não há como”

AJUDA

Alcoólicos Anônimos (AA)
(61) 3226-0091
www.aaareadodf.org

ARTHUR MONTERO

Mário: "O alcoolismo leva o dependente à derrota total. Ele só consegue se tratar se tiver humildade para reconhecer a derrota"

Prepotência, a maior das barreiras

Pedir para ser internado, no entanto, nem sempre significa o fim da linha no S.O.S. ao dependente da droga. Para os Alcoólicos Anônimos (AA), uma irmandade internacional de mútua ajuda para a recuperação, que define o alcoolismo como uma doença progressiva, espiritual e emocional, o socorro só começa a ter efeito a partir do processo de aceitação. "A aceitação é um ato de humildade. O alcoolismo é a doença da negação, que leva o dependente à derrota total. Ele só consegue se tratar se tiver humildade para reconhecer a derrota. O programa é 100% de humildade", afirma o aposentado Mário Luís*, voluntário do AA que prefere não se

identificar em respeito ao anonimato, um "alicerce espiritual" da irmandade.

Com 93 grupos no DF e Entorno, a irmandade abre suas experiências para ajudar quem se dispõe a deixar o vício. "Não temos burocracia e funcionamos ao contrário do governo, de cabeça para baixo; quem manda são os grupos, que vão se formando espontaneamente", relata Mário. A irmandade não faz internações, "não recupera no isolamento", e trabalha com 36 princípios, divididos em 12 passos, 12 tradições e 12 conceitos. "Sempre dentro da perspectiva do esclarecimento, de oferecer a opção de viver em comunidade", explica. Mário Luís entrou no

AA em 1992, no momento em que reconheceu a sua "derrota total", e nunca mais saiu.

"Faço esse voluntariado porque preciso. Aqui achei o que queria, um programa para mudar de vida. Se parar de frequentar as reuniões, posso entrar em desequilíbrio. E isso afeta as pessoas próximas, que acabam se tornando doentes também", reconhece Mário. A mudança, para ele, significa um trabalho permanente contra a própria prepotência. "Eu tinha perdido o domínio da vida. Cheguei ao fundo do poço, porque a vaidade e o orgulho não me deixavam enxergar que eu tinha um problema", relata.

*Nome fictício

Um motorista bêbado matou Giovana, de 5 anos, filha de Fernanda: "A impunidade que faz com que esses crimes se repitam"



CARLOS ALVES

Alcoolizados e impunes

A prepotência também está na raiz das tragédias no trânsito provocadas por motoristas alcoolizados. Três anos depois de perder sua filha Giovana Vitória de Assis, de apenas 5 anos (atropelada e morta numa faixa de pedestres em Planaltina, na companhia da babá), a contadora Fernanda Butitiere de Assis chorou a morte do tio, Marcos André Torres, de 37 anos, imprensado entre dois carros no Buraco do Tatu, no Plano Piloto. Os dois crimes foram praticados por pessoas que dirigiram sob efeito do álcool.

"Enquanto motoristas criminosos matam e ficam impunes, nós somos condenados a enterrar as pessoas que mais amamos", revolta-se Fernanda, que reclama do desrespeito à Lei Seca. "A falta de justiça e a impunidade que faz com que esses crimes se repitam vão nos amargurando, a gente vai ficando pra baixo, se abatendo, a família vai adoecendo", lamenta. O motorista que atropelou sua filha sequer foi a júri popular.

Na Ceilândia, porém, a Justiça respon-

deu à altura. O Tribunal do Júri condenou o caminhoneiro Márcio Carlos Batista Fontenele a 19 anos e meio de prisão, sem direito a recorrer em liberdade, pelas mortes de Ana Paula Soares, 23 anos, Lucas Levi Gomes da Silva, 4 anos, e Luiz Henrique de Souza, 2 anos, na DF-190, uma semana após a Lei Seca entrar em vigor, em 20 de junho de 2008. Alcoolizado e ao volante, ele acabou com a vida de três pessoas de uma mesma família.

Foi também com a ajuda do álcool que o contador Leonardo Luiz da Costa invadiu a faixa presidencial do Eixão Sul, proibida para carros, no início da noite de 19 de agosto de 2006, e matou, com sua arma de quatro rodas, o estudante Pedro Davison. Era o dia do aniversário de Luísa, a pequena filha de Pedro. Ele defendia o transporte sustentável e voltava para casa de bicicleta. Dali a quatro dias, o jovem ciclista pegaria seu diploma de formatura em Biologia, na Universidade de Brasília. O criminoso que roubou esse futuro e destruiu uma famí-

lia após desrespeitar a lei foi levado a júri popular e condenado a apenas seis anos, em regime semiaberto.

Pintada de branco, numa alusão à paz que ele gostava de defender, a bicicleta de Pedro virou um monumento no canteiro do Eixão, próximo à 214, onde mantém acesa a memória das tragédias que a capital da República carrega por não exigir que leis feitas para proteger a vida sejam cumpridas à risca. Uma memória carregada de vergonha, que dá ao Brasil o quinto lugar no ranking dos países que mais matam no trânsito, de acordo com pesquisa da Organização Mundial de Saúde (OMS). Somente em 2007, foram 35,1 mil mortes. Cerca de 50% eram pedestres, ciclistas e motociclistas. Em Brasília, esse percentual chega a 60,1%, conforme estudo do Instituto de Pesquisa Econômica e Social Aplicada (Ipea) em 2009.

O levantamento da OMS analisou 178 países e alertou que apenas 15% tinham uma legislação completa de controle do trânsito, inclusive em relação à bebida alcoólica. No Brasil, nem a Lei Seca, de 2006, é suficiente para deter as

mortes. Para a economista Elisabeth Davison, mãe de Pedro, falta conscientização. “Nos países desenvolvidos as pessoas não pegam no volante após beber, nem precisam de fiscalização, pois já incorporaram esse respeito à vida na sua rotina. É o que falta aqui. Precisamos criar essa cultura”, compara.

Vice-presidente da organização não governamental Rodas da Paz, que defende os direitos do ciclista e o uso da bicicleta como transporte alternativo, ela alerta que é preciso rigor na fiscalização. A Lei Seca é o melhor exemplo, afirma Elisabeth. “Quando ela foi aprovada houve o impacto da fiscalização e a violência no trânsito caiu. Mas depois esfriou e as ocorrências voltaram a crescer. Se o Detran colocar os fiscais na rua, a lei volta a funcionar”, acredita. “Toda lei pressupõe uma postura de respeito e para isso a fiscalização tem que ser permanente. É uma ação educativa, inibidora”, concorda Pêrsio Davison, pai de Pedro. Ele cobra uma postura mais comprometida do Judiciário no combate à violência do trânsito: “A Justiça pode fazer mais.”

Agressão à sociedade

Entender os limites entre os direitos individuais e a segurança da coletividade é o primeiro passo no combate à violência no trânsito, propõe o economista Pêrsio Davison. Nesta entrevista, ele defende a obrigatoriedade do bafômetro e explica: “Dirigir é um ato permitido por concessão do Estado.”

O que falta para reduzir a violência no trânsito?

A nossa visão jurídica é burocrática, cartorial e muitas vezes passa longe da realidade de violência que vivemos. Precisamos de uma posição mais clara dos magistrados na interpretação das mortes no trânsito como crime. A percepção de que tudo é fatalidade é absurda e contribui para o aumento das mortes.

A Lei Seca é insuficiente?

Ainda há absurdos, como a falta de obrigatoriedade do bafômetro. Uma

mudança inadiável é acabar com o princípio de que ninguém é obrigado a produzir provas contra si mesmo, que é aplicado para proteger os criminosos no trânsito.

Um princípio constitucional, alegam os agressores...

O que a Constituição garante é o direito de ir e vir. Podemos ir a qualquer lugar. Mas dirigir é um ato só permitido por concessão do Estado, que dá a habilitação sob condições que somos obrigados a cumprir. Temos que provar que estamos aptos e que obedecemos às regras. Porque quando não as cumprimos, a sociedade fica desprotegida.

Recusar o bafômetro ajuda o motorista?

A recusa é uma incriminação. É um ato de violência contra o direito dos outros cidadãos. Provar que estou apto é uma obrigação minha e um direito da sociedade.

ARTHUR MONTEIRO



Pêrsio e Elisabeth Davison, pais de Pedro, ciclista morto no eixão: “A Justiça pode fazer mais”

Raros os jornalistas que perdem o emprego, mas não a opinião. Mais raros os artistas que não aceitam, domesticados, a maré regida pelo deus mercado e ainda assim conseguem criar, expor, mostrar e existir íntegros sem maiores concessões (engolem só as pequenas pela circunstância natural da sobrevivência cotidiana). Essa é a falta que o cineasta Glauber Rocha faz nesses últimos 30 anos de sua morte (22 de agosto de 1981). A chama de quem se abria sem o menor pudor para correr riscos. A impetuosidade de ser, em carne e medula, a tal metamorfose ambulante que longe de constituir flácida postura na troca de direção era raio instigante para mexer nos velhos dogmas. Açoite na esquerda, direita, centro, flanco, front, pseudovanguardas, protoretas guardas em riba ou abaixo.

Glauber não aceitou carapuças nem a elas se submetia. Indomável e malandro no sentido de saber que ginga, malícia e molejo são astúcias do capoeira não para derubar, mas para desorientar o inimigo até que ele cai por si. De podre. Sua maior

TT CATALÃO

desestabilização, entre artistas, era sua astúcia em usar mídias e trânsito de celebridades para subverter o pódio. Ao mesmo tempo recusava o pedestal e era exibicionista para espalhar brasa nas igrejinhas estéticas e ou ideológicas.

Inflamava desconforto pelo uso indiscriminado da sua marca: a surpresa. Pânico das mídias clássicas, jornalões ou tvzonas, que não podem correr riscos no trato de tamanha loucura. Teve alento, aqui no DF, em nossos tempos de Correio Brasileiro, coordenado por Oliveira Bastos. Grandes empresas, antes de contratar, pensam na trágica possibilidade (para suas imagens corporativas neoliberais) de, um dia, ter que censurar ou demitir alguém que diz o que pensa, vive o que faz, projeta o que sente sem pedir licença nem aos padrões vigentes nem ao cabresto da patotinha tribal de algum clube adepto do intelecto catalogado.

Sem Glauber são 30 anos sem invenção provocativa

Assim partiu Glauber. Um estrondo telúrico. Força da natureza. Quem ficou, ficou na culpa. Aquela galera que sabe lá no fundo o quanto isolou o velho companheiro por não ter a coragem de estar junto dele, mesmo discordando. Uns falaram que Glauber foi suicidado pelo Sistema como se o dito cujo fosse obra encantada do além e não resultante do nosso fazer diário. Outros culpados por encontrarem o caminho das pedras do financiamento bem apadrinhado enquanto Glauber ralava meio desorientado. Glauber nunca exigia coerência de seus amigos, pois vinha para confundir e, em alguns momentos, queria quebrar esse “mais do mesmo” que nos atola hoje em pobreza estética e cinismo.

Inquieto 24 horas, também não era de relacionamento muito fácil. E não aceitava esmolas ou migalhas por ser “glória” internacional. Gostava de aportar e queimar a frota para não ter retorno. Principalmente para os mais previsíveis e esquematizados. Em estado catártico sob o jorro do fluxo verbal em pororoca permanente, seus acessos tinham vínculos profundos com os processos políticos libertários do Brasil. Não só o Brasil administrativo e formal na conjugação do Estado, mas um Brasil profundo, latente, pulsante, no imaginário de um inconsciente coletivo que arrebatava, realmente, os que se entregam a essa paixão. A busca de sentido no caos criativo. O país das muitas faces em cristal sintético.

O que marcou a postura de Glauber foi o transe entre política e poética com uma narrativa rebelde aos panfletos arrastados do dogma doutrinário. O cinema como faca afiada e sem temer riscos

Traduzir tudo isso em cinema é tarefa de gênio. Morto aos 42 anos, Glauber fez dez longas e seis curtas em 21 anos de ação. Do *Pátio* em 1959 até *A Idade da Terra*, em 1980, o que marcou mais a postura de Glauber foi o transe entre política e poética com uma narrativa rebelde aos panfletos arrastados do dogma doutrinário. Sabia que pelo olhar ágil e a montagem desarticuladora poderia provocar reflexão sem ser chato ou pesado. O cinema como faca afiada e sem temer riscos tanto nos temas quanto no trabalho com os atores. Sem falar que Glauber não abria mão do texto em seus filmes. Geralmente falas e discursos eram usados com precisidade adequada para as cenas onde a imagem era legitimada e nunca esvaziada pelo conteúdo dos textos. Alguns brotaram no improviso das cenas.

Só Glauber para nos ajudar a ver dragões e maldades em muito herói travestido, hoje, de libertário enquanto por baixo da capa sobrevive o reacionário em sua forma mais hedionda de camuflagem: a hipocrisia. Místico que era, adorava os profetas bíblicos irados e amava a passagem do Cristo, de chicote em punho, expulsando os vendilhões do templo. Faz falta!

FILMOGRAFIA» 1959 – *Pátio*» 1959 – *A cruz na praça*» 1962 – *Barravento*» 1964 – *Deus e o diabo na terra do sol*» 1965 – *Amazonas, Amazonas*» 1966 – *Maranhão 66*» 1967 – *Terra em transe*» 1969 – *O dragão da maldade contra o santo guerreiro*» 1970 – *O leão de sete cabeças*» 1970 – *Cabeças cortadas*» 1972 – *Câncer*» 1973 – *História do Brasil*» 1975 – *Claro*» 1977 – *Di Cavalcanti*» 1979 – *Jorge Amado no cinema*» 1980 – *A idade da terra*

Droga de consumo livre

Pesquisas sobre a relação entre a bebida e a violência mostram que o uso abusivo do álcool está por trás da maioria das ocorrências de agressões domésticas e das mortes no trânsito. No entanto, nem os avanços mais recentes dos meios de controle social, como a Lei Maria da Penha e a Lei Seca, conseguem conter os estragos dessa droga de consumo livre. Será que esse desafio é tão difícil assim de vencer?



FOTOS: CARLOS ALVES



As estatísticas não mostram a dor que a violência traz. Não bastam leis e políticas públicas para conter o álcool e as drogas, que são coadjuvantes de atos violentos. É preciso maior nível de consciência das pessoas. Se queremos uma sociedade mais pacífica, temos de começar por nós mesmos, controlando nossas reações e, principalmente, o consumo de álcool.

Lálida de Figueiredo, STJ

Quando ocorre violência a pessoa já tinha predisposição. O álcool é um desafio, principalmente onde as famílias são desestruturadas e a bebida representa uma fuga. É uma doença, a pessoa tem que querer se tratar. O alcoólatra carrega um estigma. E se não tiver interesse, nenhum tratamento terá efeito.

Assunção de Maria Cantanhede Gomes, MPDFT

O álcool deforma mais que a cocaína, mas é uma droga vendida livremente. A sociedade está desestruturada para oferecer ajuda. O que temos para tirar o jovem do bar? Quais as praças, cinemas, ambientes de cultura, perspectivas? A drogadição é um movimento de autodestruição. Para sair dela, é preciso gostar de si mesmo.

José Vanderlei Santos Rolim, MPDFT

Deveria se fazer mais campanhas para prevenir o abuso, mas é complicado. As pessoas têm razões diversas para começar a beber e muitas têm dificuldades de enxergar que existe o problema e que ele pode ser resolvido. Há ainda a questão cultural, valores arraigados como o machismo, a ideia dese achar o dono da mulher.

Thiago Mora, MPDFT



Às vezes, quando a pessoa está sóbria, é uma maravilha; quando bebe, muda tudo. Isso sobressai nos processos. A presença do álcool como gerador de agressão é recorrente. O problema é que faltam mecanismos de atenção a dependentes, há muita demanda e não tem onde abrigar. Falta emprego. O homem bebe, agride, e a mulher aceita, porque depende dele.

Edmilton Pedro Borges, MPDFT



A questão é social. Mas não é só o pobre que bebe e bate. Tem que começar no jardim de infância, mudar os valores, inculcar o respeito. É uma questão de como o problema é tratado em casa, por isso tem que começar cedo. A outra questão é o apoio, oferecer oportunidades de trabalhar a autoestima, assegurar a assistência necessária.

Marli Pereira Viçosa, MPDFT



Há relação entre álcool e violência, mas não podemos falar que é culpa da bebida. É uma questão cultural, de valores. A violência doméstica está enraizada na nossa sociedade patriarcal. Isso começou a mudar, a Lei Maria da Penha foi um marco. As políticas públicas para tratar o agressor estão no caminho certo, mas o SUS ainda não está preparado.

Christiane Ribeiro Lemos, MPDFT



O álcool desencadeia uma atitude agressiva. Em cerca de 80% das ocorrências no Fórum, a vítima relata que o agressor bebeu. Superar isso não é fácil, porque é uma questão pessoal. O agressor tem que concordar em fazer um tratamento. Se não houver esse interesse dele, dificulta a solução do problema.

Manuella Silva de Oliveira, TJDF



Muitas vítimas relatam que, quando o agressor não bebe, é um excelente marido, ótimo pai, mas quando bebe quebra tudo. A maioria até concorda em se tratar, mas depois continuam achando que o problema não são eles mesmos. Primeiro eles têm que se conscientizar, reconhecer que estão destruindo a família.

Margarida Paloma de Lima Sobreira Gomes, TJDF



O álcool está presente em quase todos os conflitos com violência doméstica. Em 90% dos casos eles reconhecem isso e as mulheres não querem que eles sejam presos, sonham com a paz na família. É uma questão complicada, porque a maioria não reconhece que tem problema com álcool e o tratamento tem que ser a partir da vontade da pessoa.

Luciana Cândida da Silva Ruchel, TJDF



O álcool é um vício aceito socialmente. Um monte de gente bebe além da conta, mas os amigos e familiares não ficam preocupados porque acreditam ser normal ficar "de porre" de vez em quando. Mas quem precisa chegar ao ponto de ficar de porre uma vez por mês já demonstra que está fazendo da bebida um fim nela mesma.

Luciana de Assunção, STJ



É óbvio que o álcool dá uma relaxada, ajuda a tornar as festinhas mais animadas. Mas acontece que os homens, principalmente, ficam agressivos. Tudo parte da formação cultural e educacional. As campanhas deixam nossa consciência de sobreaviso, mas o cuidado com o álcool tem que partir da decisão de cada um.

Catarina Nogueira França Rêgo, STJ

Liberdade sobre rodas

Professor público da Ceilândia cria e produz com recursos próprios as “tricicletas cabulosas”, que garantem liberdade de ir e vir a pessoas com diferentes deficiências

Em 2002 Saulo Pereira tinha 16 anos e cursava o supletivo na Ceilândia. Para ir à escola, ou a qualquer outro lugar, dependia de uma cadeira de rodas e de alguém para empurrá-la. Saulo nasceu sem braços e com as pernas atrofiadas.

Ao observar essa rotina, Emerson Teixeira, seu professor de matemática no Centro de Ensino Fundamental nº 20, começou a quebrar a cabeça para oferecer ao rapaz uma maneira de se locomover sozinho. O desafio era grande: criar um veículo que pudesse ser pedalado, dirigido e freado apenas com uma das pernas.

Emerson deu uma de inventor, engenheiro e designer de produtos, improvisou e venceu o desafio: com uma velha cadeira de escritório e duas bicicletas usadas ele projetou e montou o Dino Saulo, apelido do triciclo que o aluno passou a pilotar por toda parte. Finalmente livre para exercer seu direito de ir e vir sem depender de ninguém, o jovem que teve força de vontade para continuar os estudos, mesmo com tantas limitações, e hoje, nove anos depois, vai se formar em Direito.

Essa é a história do nascimento do projeto Tricicletas Cabulosas, criado por Emerson para ajudar pessoas com necessidades especiais e dificuldades de locomoção. De 2002 a outubro deste ano ele desenhou, produziu e entregou 25 tricicletas para adultos e crianças. A 26ª será entregue no dia 12 de outubro, em uma festa no Paranoá, em comemoração ao Dia das Crianças.

Cada tricicleta é diferente, porque precisa ser projetada de acordo com as limitações de quem vai usar. Algumas são “pedaladas” com as mãos, outras com uma só mão, com uma só perna e assim por diante. Emerson tem realizado verdadeiros milagres na vida desses portadores de necessidades especiais. São pessoas que estavam condenadas a viver em cima de uma cama ou, na melhor das hipóteses, em uma cadeira de rodas, dependendo muito da ajuda dos amigos e parentes. Mas, com a criação do professor-inventor, ganharam a liberdade de se locomover sozinhos.

Ricardo Ribeiro em ação: trabalho voluntário para montar e soldar as tricicletas



CARLOS ALVES



ARQUIVO PESSOAL

Andrea Fiúza,
25 anos, recebe a
tricicleta criada
por Emerson: há
oito anos, acidente
de carro deixou-a
paraplégica



Emerson é motociclista e fundador do Motoclub Os Teixeiras. Para fazer as tricicletas ele conta com a ajuda do colega de motoclub Ricardo Ribeiro, responsável pela montagem e soldagem das estruturas. Ricardo começou a ajudar há pouco mais de dois anos. Apareceu em boa hora, quando o serralheiro que até então soldava os veículos avisou que não podia mais realizar os serviços.

As tricicletas são montadas na casa de Ricardo, em Samambaia. Ele tem

uma quiosque onde conserta bicicletas, monta triciclos e aproveita as horas de folga para se dedicar ao projeto. Ricardo se sensibilizou com a dedicação de Emerson. Na época, sua filha de nove anos fora diagnosticada com câncer. A proximidade com crianças doentes no hospital em que a menina se tratava, em São Paulo, fez com que despertasse nele o altruísmo. "Vi como aquelas crianças ficavam felizes quando eu as pegava para andar de moto, e resolvi tam-

bém ajudar", recorda Ricardo.

Os dois se emocionam sempre que entregam uma tricicleta. E não pretendem parar, apesar das dificuldades. "Precisamos de apoio. Mantemos o projeto com nossos recursos. O ideal é que algum fabricante se interesse", disse Emerson. Ele acredita que a história dos portadores de deficiência é uma lição: "Às vezes reclamamos da vida, mesmo com tudo o que temos. Essas pessoas nos ensinam muito", concluiu.

Coleção de histórias

No site www.osteixeiras.com.br há uma galeria fotos das 25 "tricicletas cabulosas", junto com um relato sobre os seus donos. Vale a pena conhecer e contribuir, pois as doações tornam possível ajudar outras pessoas com dificuldades de locomoção

José Carlos era motorista de ônibus até cinco anos atrás, quando sofreu um assalto. Ele levou um tiro e ficou paraplégico. Os três anos seguintes foram muito difíceis para ele; ficou deprimido e não queria sair de casa para nada. Em 2010 voltou a estudar no CEF 15, no Setor O da Ceilândia. Foi quando assistiu a uma reportagem na Rede Globo sobre o projeto de Emerson e resolveu procurar o professor. Ele ganhou a tricicleta nº 19.



Aos 89 anos **seu Valdemar** pensava em usar cadeira de rodas, pois suas pernas não sustentavam mais o corpo. Quando viu as tricicletas na TV, mudou de ideia. Teve trabalho para convencer o filho, que não acreditava que ele conseguisse pilotar a máquina. Mas Valdemar adaptou-se rapidamente à sua tricicleta (nº 14) e avisou que o destino do primeiro passeio seria a Praça do DI, em Taguatinga, onde queria encontrar os amigos.



Renan tem oito anos de idade e recebeu a sua tricicleta em abril. Aos dois anos e meio o menino caiu de uma bicicleta e foi parar no hospital. Ao atendê-lo, os médicos descobriram que ele tinha um câncer na coxa, pouco acima do joelho. Foi preciso fazer uma amputação.

Mas os cirurgiões não apenas retiraram parte do membro; eles juntaram a parte inferior da perna, abaixo do joelho, com a parte superior, deixando o pé virado para trás. A ideia era que, num futuro próximo, ele pudesse usar uma prótese presa ao pé e utilizar o calcanhar como joelho, para tornar possível a flexão da perna.

Renan sempre quis andar de bicicleta com os amigos, mas não se adaptava a um modelo convencional. Sua avó, dona Socorro, procurou o projeto Tricicletas Cabulosas na esperança de ver o neto brincando nas ruas de Samambaia como as outras crianças.

"Ele se adaptou em tempo recorde e saiu andando como se a tricicleta fosse sua há pelo menos um ano", conta Emerson.

Heloiza e Beatriz têm uma doença chamada artrogripose; elas não conseguem dobrar os joelhos, e por isso têm várias limitações de locomoção. O sonho das gêmeas era andar de bicicleta. “A mãe não sabia mais como explicar a elas que isso era impossível”, conta Emerson. As tricicletas nº 16 e 18, porém, jogaram por terra as impossibilidades. As meninas as receberam no dia 15 de agosto do ano passado, data do seu aniversário de quatro anos.



Ronaldo tinha cinco anos quando recebeu sua tricicleta, a nº 7. Ele não tem pernas e nem a mão esquerda, mas rapidamente aprendeu a guiar seu triciclo. “No mesmo dia já estava dando cavalo de pau”, conta Emerson.

Antes o menino era carregado pelo pai numa espécie de carrinho de rolimã puxado por uma corda. A tricicleta de Ronaldo ficou pronta em tempo recorde, apenas dois dias e meio, graças a uma doação, feita por Paulo Sérgio Carlos de Brito, como o professor faz questão de registrar.



Taynara tem paralisia cerebral, causada por um problema de atraso no parto. Por isso, sua fala e seus movimentos ficaram comprometidos. Ao saber do projeto Tricicletas Cabulosas pela TV, seus pais procuraram Emerson e Ricardo. No último natal, no dia 24 de dezembro, a garota recebeu um presente-surpresa: a tricicleta nº 21. Os membros do motoclub Os Teixeiras foram à sua casa (que fica no Céu Azul, no Entorno do DF), para levar a novidade.



ARQUIVO OSTEIXEIRAS.COM.BR



ROBERTO RIBEIRO STUDIOS

Yuri Matsumoto Macedo

Formada pela UFPA, residência em Psiquiatria pelo Hospital de Base do DF, pós-graduação em Medicina do Trabalho pela UEPA, membro da ABP e da APBr.



ARQUIVO PESSOAL

Andreza Paula Brito Silva

Psiquiatra do TSE, formada pela Escola Bahiana de Medicina e Saúde Pública, com residência na UnB, pós-graduada em Perícias Médicas e especializada em Psiquiatria.



ARQUIVO PESSOAL

Maria Cecília Freitas Ferrari

Psiquiatra Geral e da Infância e Adolescência, terapeuta Cognitivo-Comportamental e doutora em Saúde Mental.

Neste espaço, a psiquiatra Yuri Matsumoto Macedo e seus colaboradores publicam mensalmente artigos sobre saúde mental. Para saber mais, acesse www.animaconsultorio.site.med.br

Sufrimento na infância

A maioria dos pais se assusta quando um pediatra ou neurologista solicita que seu filho seja avaliado por um profissional da área da psiquiatria infantil. É curiosa a crença tão estabelecida de que crianças não desenvolvem patologias psiquiátricas frequentes em adultos, como depressão, transtorno obsessivo-compulsivo, ansiedade social, síndrome do pânico, transtornos alimentares e outras. Ao contrário do mito de que a medicação psiquiátrica é necessária apenas para casos muito graves e incomuns, como síndromes genéticas e retardo mental, doenças com alto grau de incidência na população infantil requerem tratamento medicamentoso, como o Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), que prejudica significativamente a vida social e acadêmica de cerca de 3% das crianças.

Falando em TDAH, agitação, impulsividade, falta de concentração e baixo rendimento escolar são sintomas comuns, para os quais existem medicações eficazes e muito seguras, que proporcionam melhoras significativas tanto no âmbito acadêmico quanto no social. O tratamento precoce e adequado evita, inclusive, outros transtornos psiquiátricos. Crianças com TDAH, quando não tratadas, frequentemente desenvolvem baixa autoestima, decorrente das dificuldades nas relações interpessoais, deterioradas pela impulsividade, e também do baixo rendimento escolar. Transtornos de ansiedade, depressão e dependência de álcool e drogas são comuns em adolescentes e adultos que não tiveram diagnóstico e tratamento de TDAH na infância.

Sobre os transtornos de ansiedade, sabemos que medo e ansiedade são estados emocionais naturais e necessários, que nos protegem de perigos. Os excessos podem, contudo, levar a intenso sofrimento psíquico e configurar doenças. Por exemplo, é natural que o filho se sinta desconfortável com a ausência dos pais

em um ambiente novo; porém, se o sofrimento domina a criança a ponto de ela não conseguir permanecer sozinha na escola e em outros ambientes, isso caracteriza um *transtorno de ansiedade de separação*.

Outra situação comum é o receio de se expor nas relações interpessoais, mas quando o medo de ser criticado e julgado pelos outros limita a vida, pode-se ter um quadro de *fobia social*. Apesar de grande parte dos pais gostarem e cobrarem organização dos filhos, o exagero com a limpeza e com manias de conferir as coisas pode ser fruto de um *transtorno obsessivo-compulsivo (TOC)*, assim como a rigidez de atitudes e os pensamentos repetitivos, por vezes radicais e distantes da realidade.

Além dos transtornos citados, as crianças, assim como os adultos, também podem sofrer de depressão, distímia, dislexia, pânico, transtorno bipolar, esquizofrenia – e também podem se suicidar. O início desses distúrbios ainda na infância torna mais grave o prognóstico. No entanto, a infância é a fase em que os sintomas desses transtornos são mais negligenciados, seja por ignorância ou por preconceito por parte dos responsáveis.

Os pais devem ficar atentos a mudanças nas relações sociais das crianças, baixo rendimento escolar, alterações de comportamento e quaisquer sinais que indiquem sofrimento psíquico, para que os filhos tenham ao menos a chance de uma avaliação quanto a um possível transtorno mental. O segundo passo para a redução dos prejuízos secundários de uma doença psiquiátrica iniciada em tenra idade é romper o preconceito em relação ao tratamento psiquiátrico. Ao contrário do que o senso comum dita, medicações bem indicadas na infância possuem efeito protetor, do ponto de vista neurológico e emocional, para o desenvolvimento da criança; elas favorecem a possibilidade de um desenvolvimento saudável.



DORIANA S.

LEITURA

Falo ou não falo?
Expressando sentimentos e comunicando ideias

Fátima Cristina Conde e
Maria Zilah da Silva Brandão

Eduque com carinho
Lídia Weber

No mundo da lua
Paulo Mattos

EM BUSCA DE PAZ • Depoimentos de mães

Preconceito desmedido

Tenho 32 anos e sou mãe de uma criança de dez que usa medicamentos controlados há mais de cinco anos. Ele ainda nem andava quando percebi que era mais agitado do que as crianças da mesma idade. Mesmo com muitas complicações financeiras, até porque crio o meu filho sozinho, fiz sempre questão de levá-lo aos melhores profissionais. Ele começou a ser medicado para se acalmar, mas infelizmente não foi isso o que ocorreu. Até que conheci nossa atual psiquiatra infantil, e foi pelas mãos dela que veio a paz.

Infelizmente, foi também quando o pai apareceu e foi colocado a par da situação. Ele havia percebido, em um passeio, que o menino tremia muito. Foi quando o caos começou... Ele disse que eu era uma irresponsável por deixar uma criança ser medicada com tantos remédios (na época eram doze comprimidos por dia), e que se fosse para ele continuar a tremer tanto não ia mais sair com ele em público porque ele derrubava tudo e não tinha coordenação motora.

Foi o primeiro preconceito aberto e desmedido que tive que enfrentar por causa do meu filho. Chorei, mas não desanimei. Se meu filho tinha que tomar tantos remédios para se manter mais centrado e calmo no seu dia a dia, quem era eu para dizer não à única porta que tinha se aberto. Resolvi lutar e di-

zer não ao preconceito. Tenho um filho lindo, inteligente, responsável. Ele me ensina todos os dias que quando a gente se esforça, tudo pode dar certo... E deu. Ele vem adquirindo respeito dos familiares que tanto me criticaram por levar à sério o tratamento médico. Eles agora me entendem e até já disseram que, se não fosse o meu empenho em ignorar os não da vida e não abaixar a cabeça para tantas pessoas que me humilharam (inclusive escolas que disseram não receber crianças que não são tituladas como "normais"), ele não estaria tão bem.

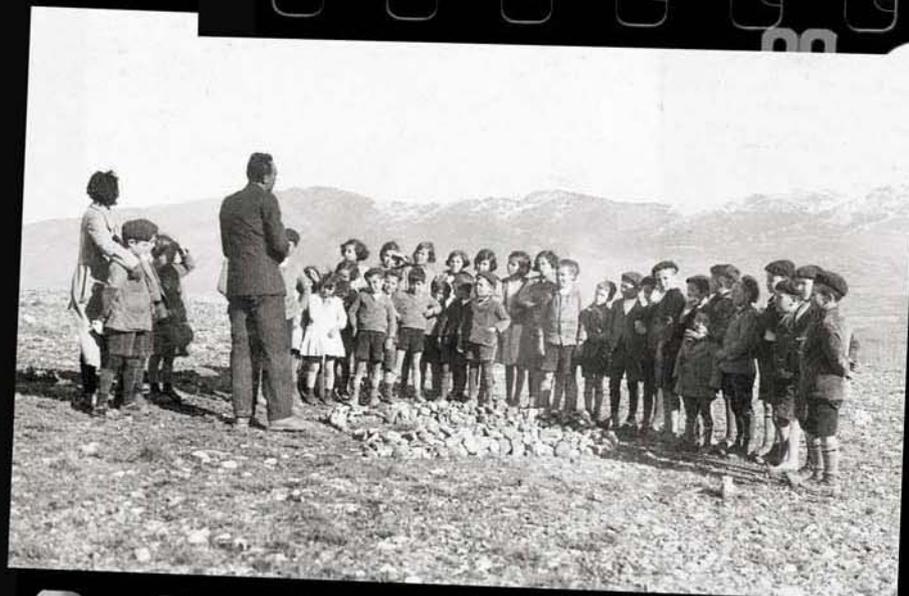
Mesmo assim, luto todos os dias para ele ter seus direitos e principalmente para nunca deixá-lo usar a realidade atual como muleta para a vida. Ser "diferente" não significa ser menos inteligente, interessado ou dedicado. Gostaria de ver mães lutando e dizendo não ao preconceito para com os nossos filhos, pois somos escudos vivos, seja na escola, na família ou no meio social.

Deixar outras pessoas interferirem no tratamento é um grande risco. Uma criança medicada não é necessariamente um "problema" resolvido, pois existem problemas externos e internos que afetam o cotidiano e há necessidade de cuidados mais delicados. Quando muda o ambiente que afeta a criança, a medicação começa a ter um efeito nunca visto. Só assim o tratamento funciona, cada qual fazendo a sua parte para que tudo ocorra de forma a não traumatizar a parte mais sensível do cenário – a criança.

Lidando com o cotidiano

Meu filho mais velho é hiperativo. Quando foi diagnosticado, ele tinha seis anos de idade. Hoje tem 14. Ele sempre foi uma criança agitada, impulsiva, não parava por nada. No colégio, levantava várias vezes para sair (falava que queria ir ao banheiro) e derrubava o estojo e todo o material escolar. A mochila dele era toda bagunçada, com apostilas espalhadas, dobradas e rasgadas. Eu só não me preocupava com o conteúdo, pois ele é extremamente inteligente, e mesmo "voando" durante as aulas conseguia tirar notas excelentes. Em casa, a única coisa que prendia a atenção era o playstation ou jogos no computador, sempre começando uma atividade sem terminar a anterior.

Sei que ele não vai deixar de ser hiperativo, mas depois que começou o tratamento e o acompanhamento, aprendeu a lidar com as situações do cotidiano: consegue assistir as aulas sem levantar tantas vezes para "ir ao banheiro", a mochila fica um pouco mais arrumada e ele consegue controlar a impulsividade. O melhor retorno foi o que ele me deu: "Quando tomo a Ritalina consigo sentar para fazer as tarefas e organizar as minhas coisas."



Revolução: em um país com metade da população analfabeta surgiram mais de cinco mil bibliotecas; as aulas chegaram a lugares antes abandonados pelo governo; exposições e espetáculos foram levados à população marginalizada



Sobre armas e livros

Ao resgatar a memória do avô, fuzilado em 1936, empresária de Brasília mergulha nos acontecimentos da guerra civil espanhola e revela a trágica história da “República dos Professores”, esmagada pelo golpe militar do general Franco

Usha Velasco

Havia um mistério na vida de Carmen, a pequena imigrante que, aos oito anos de idade, chegou ao Brasil com os pais e irmãos. Tratava-se do avô materno, que morreu em Granada, na Espanha. Mesmo tendo morrido nove anos antes de Carmen nascer, ele era uma pessoa presente na memória e na afetividade da família. Entretanto, a mãe e os tios da menina nunca falavam sobre as circunstâncias de sua morte ou sobre o passado da família. “Isso está olvidado” [esquecido], diziam, sempre que alguma das crianças perguntava algo.

O manto de silêncio era espinhoso para a menina curiosa, interessada em conhecer suas raízes. Aquilo doía — certamente porque doía também nos adultos, por mais que eles tentassem ocultar. “Minha mãe não gostava de recordar o que passou. Até as fotografias daquele tempo eram guardadas a sete chaves. Pouco a pouco o passado se apagava e o silêncio não se rompia”, conta Carmen, empresária aposentada e ativista voluntária em vários projetos sociais no DF.

“Nós sabíamos que a causa desse silêncio todo era a morte do meu avô. Ele havia sido fuzilado em 1936, durante a guerra civil, mas ninguém explicava por quê. Às vezes o meu pai

tentava dar alguma informação, mas minha mãe o impedia. O que ela contava era que meu avô havia sido fuzilado por conta de um ‘erro lamentável’”, recorda Carmen.

Ela voltou à Espanha pela primeira vez em 1988, longos 35 anos após ter emigrado. E começou uma busca para esclarecer o mistério, com a ajuda do marido Amílcar de Almeida Gramacho. “Procurei os irmãos da minha mãe em Granada, mas eles só repetiram que foi tudo ‘um lamentável erro’”, diz Carmen. Só vários anos e várias viagens depois é que a história foi se revelando, por meio de pesquisas em livros e nos arquivos públicos espanhóis.

“Minha mãe, meu pai, meus tios, todos faleceram sem nunca me dizer uma palavra de explicação sobre o tal ‘erro’”, recorda Carmen. “Mas quando passei a viajar pela Espanha, percebi que o silêncio não era só da minha família. Era regra geral, era um silêncio de todos os espanhóis. À medida que eu fui conhecendo o passado, fui compreendendo a razão dos segredos. E compreendendo o significado de uma guerra civil”, completa.

Amílcar Gramacho, que com sua experiência como historiador foi um companheiro valioso nas investigações da esposa, explica: “Foi uma guerra especialmente traumática, uma guerra de irmãos contra irmãos. Atrocidades



Carmen com a mãe, pouco antes de chegar ao Brasil

e indignidades foram cometidas por pessoas que hoje são vizinhas ou parentes. Não é de se admirar que todos preferiram colocar uma pedra em cima do assunto.”

Depois de oito viagens à Espanha, muita pesquisa em arquivos públicos e muita conversa com parentes, vizinhos e qualquer um que se dispusesse a falar, Carmen e o marido conseguiram romper a barreira do silêncio e esclarecer as circunstâncias da morte do avô. O que descobriu foi o retrato de um dos períodos mais marcantes do país — que, por sua vez, sintetiza os conflitos mundiais na primeira metade do século 20 (veja p. 32).

Pesquisas e descobertas

Placido Enrique Vargas Corpas era professor do ensino público na Escola Normal de Granada, a mesma onde se formou em 1904. Ele estava quase para se aposentar quando a Espanha se tornou uma República, em 1931. Não foi uma transição tranquila. De um lado se alinharam os republicanos e dezenas de pequenos partidos de esquerda. De outro, a aliança entre a aristocracia, a igreja e os militares.

O novo regime chegou com um extenso programa político para democratizar o ensino e reduzir o papel da igreja no sistema educacional. A intenção era levar cultura e instrução à população pobre, principalmente na área rural. Isso contrariava os interesses poderosos – no caso de Granada, os barões do açúcar de berraba –, pois a ignorância dos camponeses garantia mão de obra barata.

“Meu avô não era um jovem atraído por ideologias revolucionárias”, avalia Carmen. “Ele era um velho professor prestes a se aposentar, mas, justamente por ser professor, viu no programa republicano a solução para a sua região e para a própria nação espanhola.”

A solução era mais que necessária: nessa época, metade da população da Espanha era analfabeta. “Placido participou de muitas inovações republicanas”, conta Carmen. “Com o filho mais velho, entrou em uma das *missões pedagógicas*, um projeto que levava cinema, teatro, leitura e outras atividades culturais a populações afastadas, analfabetas e que nunca haviam recebido atenção do governo”, descobriu a neta, em suas investigações.

Milhares de escolas e bibliotecas foram criadas em todo o país, em poucos anos, de 1931 a 1936. Os professores passaram a ser muito mais valorizados e tiveram seus salários aumentados. Esse período é chamado pelos historiadores espanhóis de *República de los Maestros* (República dos Professores).



ARQUIVO PESSOAL

Placido (acima, à mesa): educador experiente apostou no projeto republicano e entrou em uma das missões pedagógicas em que professores percorriam o país (abaixo)



SOCIEDAD ESTATAL DE CONMEMORACIONES CULTURALES



ARTHUR MONTEIRO

Fuzilar primeiro, julgar depois

A reação, porém, não demorou: em julho de 1936 estourou o golpe militar. Três dias depois Granada já estava sob as armas dos golpistas. Foram imediatamente presos os dirigentes da província, os políticos de esquerda e a maioria dos professores. Como represália aos ataques aéreos dos republicanos, na tentativa de reconquistar Granada, os militares iniciaram um fuzilamento sistemático dos presos. Mais de duas mil pessoas foram fuziladas em Granada, diante dos muros do cemitério.

O governo golpista, encabeçado pelo general Franco, rapidamente começou a desmontar o novo sistema de ensino. Mandou suspender todos os professores envolvidos nos projetos culturais e educacionais do regime republicano. Determinou também a instalação das "Juntas de Depuração do Magistério", que abriram mais de 60 mil processos contra professores.

"Como participante do ensino repu-

blicano e membro de um partido de esquerda, as chances de meu avô sobreviver eram nulas", analisa Carmen. "Minha avó, muito religiosa, buscou apoio na igreja. Mas, apesar de todos os esforços da família, ninguém conseguiu mudar um destino que já estava decidido. Na madrugada de 23 de outubro de 1936, depois de três meses na prisão, Placido Enrique Vargas foi executado a tiros de fuzil diante dos muros do cemitério", conta ela.

Ao tentar dar um verniz de legalidade ao assassinato de professores, o governo deixou registrados nos arquivos processos kafkianos, como o que determinou o comparecimento de Placido à Junta de Depuração quatro anos após seu fuzilamento. Ele foi punido com o afastamento definitivo do magistério e a exoneração do serviço público. Na opinião de Carmen, "foi uma segunda sentença de morte para um homem que viveu para o ensino e que militou para que a instrução se tornasse o mais democrático dos direitos".

A reparação

Ainda hoje a Espanha busca curar as feridas da guerra civil. Recentemente o governo desenvolveu várias ações reparadoras (veja p. 32), entre elas a Lei de Memória Histórica, que permite a revisão de processos ligados às arbitrariedades da época.

Carmen Gramacho se tornou a primeira residente no Brasil a apresentar um pedido de reparação e reconhecimento pessoal em favor de pessoa afetada pela guerra. "D. Placido Enrique Vargas Corpas tem direito a obter a reparação moral (...) mediante a qual a democracia espanhola honra aqueles que injustamente padeceram perseguição ou violência durante a guerra civil e a ditadura", diz o documento assinado pelo ministro da Justiça, que ela exibe com orgulho.

"Foi um resgate da dignidade, o único patrimônio que a gente tem", afirma Carmen. "O silêncio que me incomodou a alma por tantos anos se quebrou. Esse documento desfaz o tal 'lamentável erro' que envergonhou minha avó, minha mãe e seus irmãos. É uma pena que eles não possam ler esse papel. Mas eu sinto que cumpri minha obrigação, como neta e como cidadã."

LEIA NA PRÓXIMA EDIÇÃO – Mesmo antes de descobrir o passado da família Carmen já seguia os passos do avô na luta pela democratização do saber. Há quatro anos ela comanda um projeto que, em setembro de 2011, atingiu a marca de 100 bibliotecas criadas em todo o DF.

Os horrores da guerra

A guerra civil foi um retrato vivo das forças que se enfrentavam na Espanha e no mundo na primeira metade do século 20. De um lado estava a coesa aliança formada pelos grandes proprietários de terras, o exército e a igreja. Do outro os partidos de esquerda, sindicatos e outras organizações da recém-nascida democracia espanhola.

A república havia sido proclamada há apenas cinco anos – a queda da monarquia aconteceu em 1931. A Frente Popular republicana ganhou as eleições de 1936 e a reação não tardou: liderados pelo general Francisco Franco, os militares deflagaram o golpe e iniciaram uma sangrenta guerra que duraria até 1939.

Para os democratas, a questão era barrar o nazi-fascismo que avançava pela Itália (1922), Alemanha (1933) e Áustria (1934). Para a direita espanhola, tratava-se de livrar o país da influência comunista e restabelecer os valores tradicionais da Espanha católica e latifundiária.

Os golpistas tiveram o apoio da Alemanha de Hitler e da Itália de Mussolini. Foram

os alemães que, em abril de 1937, bombardearam o povoado de Guernica, um dos berços da resistência contra Franco. O ataque transformou-se em símbolo da barbárie militar; foi a primeira vez na história que um bombardeio aéreo foi deliberadamente direcionado contra civis.

Os seis mil habitantes sofreram bombardeio e foram metralhados enquanto tentavam fugir dos incêndios que destruíram três quartos da cidade. O massacre fez parte de uma "estratégia de terror" para demonstrar o poder de franquistas e nazistas.

Guernica tornou-se o título da mais famosa obra de Picasso, um enorme painel em preto e branco, com 3,50m por 7,82m, pintado em 1937. Hoje está em exibição no Centro Nacional de Arte Rainha Sofia, em Madri, mas permaneceu no Museu de Arte Moderna de Nova Iorque até 1981 – o pintor só queria que o quadro voltasse à Espanha depois da redemocratização do país.

A ditadura de Francisco Franco durou quatro décadas, desde o início da guerra civil, em 1936, até a morte do general, em 1975.



Mais de 500 mil mortos e 114 mil desaparecidos

O governo espanhol divulgou em maio deste ano um mapa com a localização de mais de duas mil valas comuns com corpos de vítimas da guerra civil e da ditadura franquista. A imagem impressiona pela quantidade de covas, que estão espalhadas por todo o país (veja na página ao lado). Dessas, 329 já passaram pelo processo de exumação dos corpos e 42 estão com esse processo em andamento.

O mapa está em atualização e os números ainda podem aumentar. Ele foi publicado no site que o governo

criou para disponibilizar informações sobre "os novos direitos reconhecidos às vítimas, contribuindo para cicatrizar feridas e eliminar qualquer elemento de divisão entre os cidadãos".

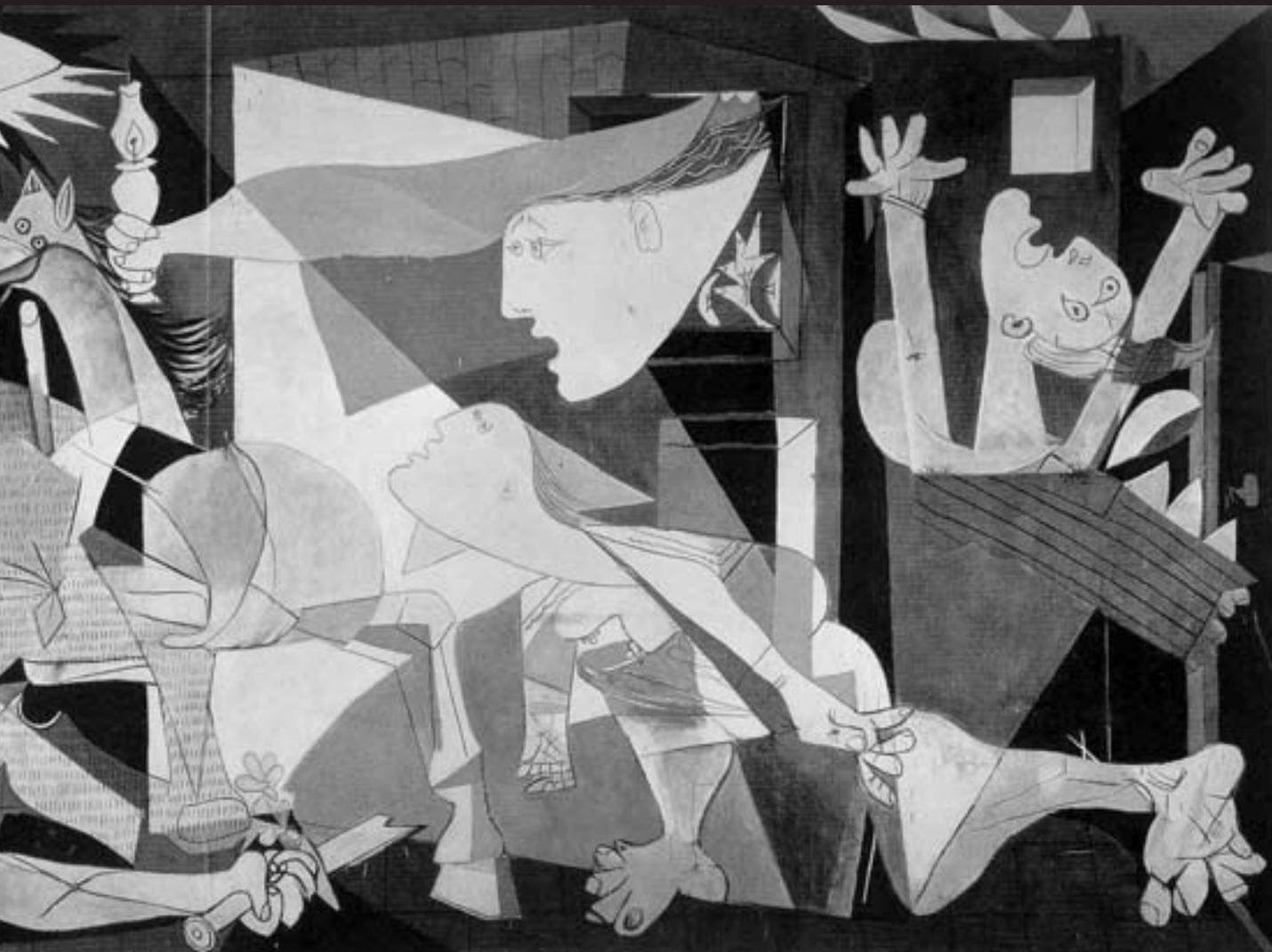
O ministro do Interior, Alfredo Pérez Rubalcaba, disse que é "praticamente impossível" identificar todos os mortos encontrados, que devem passar de 12 mil. Em 2009 foi criado um banco de DNA para ajudar na identificação dos corpos. Doaram material 110 descendentes, na Espanha e em vários países que receberam imigran-

tes, como França, Suíça, Itália e Brasil.

A abertura das valas começou há dez anos por iniciativa da Associação para a Recuperação da Memória Histórica (ARMH), formada por voluntários e familiares dos desaparecidos. Desde 2006 o governo destinou 5,9 milhões de euros a exumações.

Na guerra civil e nos primeiros anos do franquismo, 114 mil pessoas desapareceram. Ao todo, o conflito vitimou mais de 500 mil pessoas.

Fontes: AFP, ARMH e www.memoriahistorica.gob.es



Guernica:
reação de
Picasso ao
massacre
de civis



Corpo em processo de
exumação e o mapa das
mais de duas mil valas
comuns: impossível iden-
tificar todas as vítimas



Engajamento criativo

A maior riqueza do homem é a sua incompletude. Nesse ponto sou abastado. Palavras que me aceitam como sou – eu não aceito. Não aguento ser apenas um sujeito que abre portas, que puxa válvulas, que olha o relógio, que compra pão às 6 horas da tarde, que vai lá fora, que aponta lápis, que vê a uva etc. etc. Perdoai Mas eu preciso ser Outros. Eu penso renovar o homem usando borboletas.

Manoel de Barros

Do alto dos seus 95 anos, o poeta Manoel de Barros ensina que o ser humano é incompleto, e que isso não é defeito; é qualidade. Assim como ele, muitas outras pessoas precisam ser Outras. E são. Esta coluna publicará mensalmente histórias de gente que concilia o serviço público com as mais diversas atividades. São atletas, chefes de cozinha, professores, pintores, mágicos, mecânicos, músicos... A lista não tem fim.



Fabiola Góis

A greve é um direito previsto pela Constituição de 1988 para dar chance ao trabalhador de reivindicar seus direitos. É uma das maneiras mais eficazes de garantir os direitos trabalhistas no Brasil. Os servidores do Judiciário e do Ministério Público, que participaram da greve de 52 dias, de maio a julho deste ano, sabem que nada se conquista sem

luta, em termos de reajustes salariais.

As colegas de seção e servidoras do TSE Paulene Dureck Yatabe e Maria Angélica Pieroni encontraram uma maneira criativa de participar do movimento. Com o talento de Paulene em designer gráfico e a animação de Angélica para a mobilização, as duas dedicaram tempo e trabalho para convencer os não-grevistas a aderir à paralisação. Elas distribuíram por email e afixaram nos tribunais a arte que

resultou da indignação pela não aprovação do plano de cargos e salários.

Os cartazes foram distribuídos nos atos do Sindjus, nos locais de trabalho e em áreas de mobilização. Os textos foram escritos por outro servidor, Job Filho. Depois de pronto, o trabalho também era repassado para a lista de email dos servidores. Resultado: muita gente que não havia se engajado na greve passou a ler os textos e a se sensibilizar com os colegas que estavam nas mobilizações.

Paulene conta que começou a produzir os cartazes por motivação da colega Angélica. As duas trabalham no Núcleo de Eventos da Coordenadoria de Educação e Desenvolvimento (Coed) do TSE. Angélica, mais desinibida, passava horas nos atos recolhendo emails de colegas. Paulene ia ao TSE recolher informações para o material pela manhã, e à tarde voltava para casa para criar as artes. "Foi a maneira mais produtiva que encontrei para participar da greve", explicou ela.

Em cada ato, um cartaz diferente. Todos os dias havia uma notícia nova, como o diário da greve e anúncios dos próximos movimentos. Assim os servidores ficavam sabendo do andamento das manifestações. Para se ter uma ideia da mobilização, no prédio delas, na 514 norte, apenas cinco servidores aderiram à greve imediatamente. Depois do trabalho das duas, praticamente todos os funcionários pararam, com exceção dos chefes. "Aos poucos eles foram se conscientizando sobre a importância de participar", conta Angélica, que assumiu o cargo no TSE há menos de um ano.

Paulene usou o Corel Draw e o Photoshop para fazer os cartazes. A criatividade é o que mais chama a atenção nos trabalhos. "Os de maior repercussão foram o anúncio dos três macaquinhos e o das bolinhas", disse. Ela se refere a dois cartazes. Em um deles aparecem três filhotes de macaco com expressões de espanto. Abaixo, a frase "Não seja omissivo! Junte-se à luta que também é sua". No outro cartaz aparecem bolas com sorriso triste, na cor azul, e no meio delas uma cara amarela com sorriso feliz. O título é "Você está satisfeito"? O texto dizia: "Se você, como nós, não está satisfeito com essa situação, chegou a hora de manifestar a sua indignação." A produção chegou a mais de vinte criações diferentes.



Paulene (esq.) e Maria Angélica: campanha de conscientização fez com que praticamente todos os colegas aderissem à greve

CARLOS AVES

Direitos das minorias, proteção à infância e à adolescência, qualidade de vida no trabalho, gestão de resíduos urbanos, ações para a paz, patrimônio imaterial, ética no dia a dia... Essas e muitas outras questões estão permanentemente em foco na Revista do Sindjus. Consulte em www.sindjusdf.org.br

Sindjus Edição 87
 Impresso Especial
 Ano XXI - Nº 87
 Novembro de 2010

ALIENAÇÃO PARENTAL
 Desafios para a Justiça na aplicação da nova lei

Eles cuidam da Terra
 Num exato pioneiro, 400 crianças e adolescentes de 12 a 15 anos, eleitos em 46 países, debatem responsabilidades e ações para cuidar do planeta guiados por três princípios básicos: jovens escolhem jovens, governos escolhem jovens e uma geração aprende com a outra

Sindjus Edição 87
 Impresso Especial
 Ano XXI - Nº 87
 Novembro de 2010

Eles cuidam da Terra
 Num exato pioneiro, 400 crianças e adolescentes de 12 a 15 anos, eleitos em 46 países, debatem responsabilidades e ações para cuidar do planeta guiados por três princípios básicos: jovens escolhem jovens, governos escolhem jovens e uma geração aprende com a outra

Visão global, ações locais
 A Conferência Internacional sobre o Meio Ambiente, realizada em 1992, em Rio de Janeiro, marcou o início de um movimento internacional para cuidar do planeta. Hoje, mais de 100 países participam da Conferência Internacional sobre o Meio Ambiente, realizada em 2002, em Johannesburg, África do Sul. O Brasil participou da conferência em 1992, em Rio de Janeiro, e em 2002, em Johannesburg. O Brasil participou da conferência em 1992, em Rio de Janeiro, e em 2002, em Johannesburg. O Brasil participou da conferência em 1992, em Rio de Janeiro, e em 2002, em Johannesburg.

Sindjus Edição 88
 Impresso Especial
 Ano XXI - Nº 88
 Dezembro de 2010

Profissão perigo
 Ações do Sindjus no Supremo garantem aos servidores direito à aposentadoria especial em casos de trabalho insalubre ou que envolva risco

Sindjus Edição 88
 Impresso Especial
 Ano XXI - Nº 88
 Dezembro de 2010

Espaço é patrimônio
 O Plano Piloto não foi tombado pelo que tem de construído, mas pelos espaços vazios que tornam únicas as escalas urbanas da cidade

Horizonte sombrio
 Brasília pode perder o título de Patrimônio da Humanidade em 2010, pela falta de conservação de seus espaços culturais. Até agora só a Catedral e o Palácio do Planalto receberam atenção. Para as dezenas de outros monumentos deteriorados, o governo não tem nem previsão de reforma

Sindjus Edição 89
 Impresso Especial
 Ano XXI - Nº 89
 Janeiro de 2011

Horizonte sombrio
 Brasília pode perder o título de Patrimônio da Humanidade em 2010, pela falta de conservação de seus espaços culturais. Até agora só a Catedral e o Palácio do Planalto receberam atenção. Para as dezenas de outros monumentos deteriorados, o governo não tem nem previsão de reforma

Sindjus Edição 89
 Impresso Especial
 Ano XXI - Nº 89
 Janeiro de 2011

O pesadelo do crack
 Disseminado em Brasília há pouco mais de um ano, a droga começa a atingir o Plano Piloto e atinge cada vez mais as classes média e alta

Efeito rápido e intoxicação intensa
 O crack é fumado por ser uma forma rápida de chegar ao cérebro e produzir efeitos. A partir de pequenas quantidades de crack, os usuários experimentam efeitos como aumento da frequência cardíaca, pressão arterial e temperatura corporal. O crack também causa efeitos como náusea, vômito, diarréia e desidratação. O crack também causa efeitos como náusea, vômito, diarréia e desidratação.

Os servidores públicos já foram o elo, a ponte, a ligação

Uma conexão cada vez mais rápida, acessível, segura e de qualidade

Hoje, eles são a conexão

28 de outubro é o dia do servidor público e não podemos deixar de homenagear os trabalhadores do Judiciário e do MPU que conectam você, e milhões de brasileiros, à Justiça.



Imagens: iStock